TL2858

Estrasburgo, 20 de Junho de 1996

Intervenção

do deputado ***Sérgio Ribeiro*** (PCP-CEUE/EVN)

no debate sobre questões urgentes (***situação em Timor-Leste*** e ***direitos humanos na Indonésia***)

De novo Timor-Leste. O que provoca, nalguns dos colegas, uma reacção de enfastiamento, reflectindo um certo cansaço.

Pelo nosso lado, nem se o povo timorense também estivesse cansado - o que não é o caso, e honra lhe seja - ou se a Indonésia conseguisse levar o genocídio até ao fim, com a tolerância da comunidade internacional contra as suas próprias posições, nem assim ficaríamos enfastiados e cansados. Maior ainda seria a nossa indignação.

Haverá algo de novo? Há. Há as sempre novas e renovadas agressões e provocações na sequência da ocupação militar, como há as sempre diferentes e renovadas manifestações da exigência de um povo à sua autodeterminação.

Mas há, também, o facto novo de estarmos a discutir, umbilicalmente, os direitos humanos na Indonésia, a luta pela democratização neste País, e a ocupação e repressão que prossegue num território ainda não descolonizado. A mesma raiz para duas situações diferentes. Com a prevenção, para nós decisiva, de que se deve evitar a ilusão de que a questão política internacional de Timor se resolveria, por inerência, com o avanço do processo de democratização da Indonésia. O que poderia corresponder a aceitar, tacitamente, que Timor é parte da Indonésia.

Representantes do povo de Timor encontram-se com democratas indonésios. É sinal positivo que saudamos. Mas, tal como o entendemos, encontram-se para coordenar lutas diferentes e não para tudo confundir numa mesma luta no "interior" da Indonésia.

E não venham outros, que ao serviço do actual regime indonésio estão - proveito lhes faça, que honra nenhuma lhes dá... -, acusar Portugal por ter sido colonizador como forma de ignorar que estamos perante um processo inacabado de descolonização e de desviar a atenção do facto do governo indonésio não ter - ainda? - respondido a iniciativa portuguesa no quadro das negociações sob a égide das Nações Unidas.

Com aproveitamentos próprios, manobras, vilezas não pactuamos. Repudiamo-los. A questão é o **direito de um povo à autodeterminação, de que está impedido por ocupação militar que não recua perante o genocídio religioso, cultural, físico.**